

## RESENHA

BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado - Um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

*Alcir Antonio Galina\**

O jornalista econômico Aloysio Biondi tenta fazer um esboço sobre as privatizações no Brasil. Os dados apresentados pelo autor demonstram que o Presidente da República não está devidamente informado da real situação dos negócios das empresas públicas, ou então, está agindo de má fé.

A obra está embasada nos jornais Folha de São Paulo, Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil, O Globo e O Estado de São Paulo, no período de 1994/99. O autor buscou ainda fundamentação para suas análises nas publicações: a) BNDES - “A privatização na indústria de telecomunicações, antecedentes e lições para o caso brasileiro”, de Florinda Antelo Pastoriza, texto para discussão, junho de 1996; b) BNDES - Programa Nacional de Desestatização, relatório do sistema de informações, 31 de dezembro de 1998; c) Salomon Smith Barney e Morgan Stanley - “Premissas e resultados de avaliação econômico-financeira para o sistema Telebrás”, junho de 1998; d) Arthur D. Little, Coppers & Lybrand, Deloitte & Touche Corporate Finance, “Avaliação econômica-financeira para o sistema Telebrás - Sumário”, 1998; e) Associação dos Engenheiros da Petrobrás e Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro - “Saiba como querem entregar a Petrobrás sem você ver”, co-patrocínio do comitê de Entidades em Defesa do Patrimônio Público e da Soberania Nacional.

O presente trabalho quer acentuar pontos importantes no processo das privatizações no Brasil. Biondi em “o Brasil privatizado” comenta os fatos e desafia o leitor a perceber até onde vai a ingenuidade do Senhor Presidente e sua equipe, ou, o jogo de interesses e safadezas por parte dos que detém o poder.

---

\* Mestrando em Desenvolvimento Social na UCPel.

Alguns negócios de Fernando Henrique Cardoso: a) - Empresas Telefônicas: O governo investiu 21 bilhões, em 2 anos e meio e após os investimentos vendeu por apenas 8,8 bilhões de reais; b) - Banerj: O comprador pagou 330 milhões e o governo do Rio tomou antes um empréstimo de 3,3 bilhões, para pagar os direitos trabalhistas; c) - Rodovia Bandeirantes de São Paulo: A empreiteira que ganhou o leilão está faturando 220 milhões de reais por ano no pedágio e não iniciou as novas pistas, conforme previa o contrato; d) Companhia Siderúrgica Nacional: Comprada por 1,05 bilhões de reais, sendo que 1,01 bilhão em “moedas podres”, oriundas do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social, com o financiamento de 12 anos.

Promessas ou calotes? As promessas do governo eram de que a venda das estatais atrairia dólares, reduzira a dívida externa e interna do Brasil e, principalmente, salvaria o real. A população ganharia na eficiência, rapidez e qualidade dos serviços prestados pelas empresas privatizadas, pois os compradores teriam capacidade financeira para qualificá-las e competir com o mercado. Com as privatizações estariam garantidos preços mais baixos nos serviços telefônicos, energia elétrica, mais empregos, aquecimento da economia, etc. E o governo puniria exemplarmente os compradores das estatais que não cumprissem as cláusulas contratuais.

Na verdade, a propaganda que os Meios de Comunicações veicularam em apoio à política de privatizações do FHC e seus aliados foram enganosa. Nós assistimos, pelos próprios meios de comunicação, uma insatisfação geral da população brasileira. As empresas telefônicas estão com ligações incompletas ou interrompidas. Os “apagões” da Light, da Eletrosul, do raio de “Baurú” e os pedágios que começaram a ser cobrados antes mesmo de terem iniciado um centímetro de pista nova. Os bancos que fecharam agências em pequenas cidades e que eram os únicos a atender a população de baixa renda. Nas ferrovias, os compradores não cumpriram as metas anunciadas e aumentaram os fretes. Os fertilizantes, defensivos agrícolas e remédios para o gado, que antes eram produzidos aqui no Brasil, agora são importado a preço de dólar, tendo os produtores que pagar um valor bem maior que anteriormente. E, ainda, o governo aumentou tarifas, antes de vender as estatais, para beneficiar os compradores.

Diante dos fatos, percebemos que não houve seriedade nas

privatizações das estatais. A falta de ética, de senso de justiça e de capacidade coletiva do poder público, levou os governantes a entregar o patrimônio público nas mãos da elite internacional e nacional. Somente um presidente sociólogo encontraria o jeito certo para enganar uma nação com tamanha eficiência. A voz da denúncia foi abafada, os movimentos sociais apontavam a existência de corrupções. O governo, ao negociar o patrimônio público, não deu chances para o cidadão brasileiro participar da compra das empresas estatais, o contrário do que fizeram em outros países. Na França, por exemplo, em 1998, 4 milhões de franceses compraram ações das empresas de comunicações; o governo Inglês buscou a “pulverização” das ações, transformou o maior número possível de ingleses em acionistas das empresas privadas, dando “prêmios” para quem comprasse ações. A lógica no Brasil não deu outra. Os amigos do presidente foram todos beneficiados, tanto os nacionais, quanto os internacionais. Mas o governo foi ainda mais generoso: emprestou dinheiro aos seus amigos com juros inferior ao do mercado e por longos prazos. A promessa de punir os compradores das estatais, se não cumprissem os contratos, foi esquecida, exceto a multa aplicada à Anatel de São Paulo, quando a população exigiu do governo uma atitude.

Política de negócios do governo: os reajustes tarifários de 100%, até 500% antes das privatizações, garantem aos novos compradores excelentes lucros. E o governo, para garantir negócios, reajusta preços até na última hora do leilão. Veja-se o caso da Light, que teve um reajuste de 58% alguns dias antes da privatização.

Antes de realizar a privatização de uma estatal, o governo praticou demissões maciças de trabalhadores. Vejamos: “O governo de São Paulo demitiu dez mil funcionários de sua empresa ferroviária, a Fespasa, de 1995 a 1998. E ficou ainda responsável pelo pagamento a 50 mil aposentados da ferrovia. No Rio, o Governo do Estado, antes da privatização, incumbiu-se de demitir nada menos que a metade - mais exatamente 6.200 - dos 12 mil funcionários do seu banco Banerj” (Biondi, 1999: 09). O governo gastou bilhões com indenizações e direitos trabalhistas. A bondade do governo para com os novos proprietários foi tamanha, que “engoliu” esta dívida e todas as demais antes de privatizar qualquer estatal. Estas dívidas deveriam ser um compromisso dos novos proprietários, mas o governo as assumiu e as passou para o tesouro.

Biondi nos apresenta fatos e dados incrivelmente estarrecedores.

Vejam alguns exemplos: O governo e sua equipe tiveram a ousadia de vender a estatal - Vale do Rio Doce - que foi entregue a Benjamin Steinbruch com 700 milhões de reais em caixa; a Telesp foi vendida por 1 bilhão de reais à telefônica espanhola. Portanto, a telefônica fechou negócio, comprando a Telesp por 2,2 bilhões de reais, descontando o caixa de 1 bilhão. O comprador pagou apenas 1,2 bilhões de reais.

Os meios de comunicações sociais anunciavam que o governo receberia 13,5 bilhões de reais, quatro vezes o valor recebido pela Vale do Rio Doce. Na verdade, os valores foram apenas 5,4 bilhões de reais, ou seja, 40% do valor anunciado. Anunciava-se que as “Teles” seriam vendidas por 22,2 bilhões de reais e o governo usaria tais valores para diminuir a dívida. Esta foi mais uma mentira, pois o governo recebeu apenas 8,8 bilhões de reais.

Algumas conclusões da obra de Biondi: o FHC e sua equipe implantaram o programa de privatizações às avessas. Não houve uma consciência coletiva e sim a manipulação de informações e retaliações aos movimentos contrários a esta política excludente adotada por parte do FHC e seus amigos. Os sindicatos reagiram, mas não foi suficiente. Prevaleceu a lei do mais forte.

Com a venda das estatais, o governo ficou “sem” as “fontes de renda” e será forçado a cumprir seus compromissos com “Tesouro Nacional”, isto é, o dinheiro do contribuinte. Os técnicos do governo foram ineficientes ao calcular os juros “economizados”. Esqueceram de incluir os lucros que as principais estatais sempre apresentaram, os dividendos que eram distribuídos ao Tesouro pelas estatais e a valorização futura das estatais nas bolsas.

Portanto, as contas feitas na ponta do lápis mostraram que as privatizações não reduziram a dívida e o “rombo” do governo. O governo ficou com as dívidas e sem as fontes de lucros para pagá-las. O FHC, ironicamente, reconheceu sua incapacidade de administrar com seriedade o patrimônio público na carta de intenções que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, entregou ao FMI. Confessa, sem se dar conta que o equilíbrio das contas do Tesouro ficou mais difícil, que o governo deixou de contar com os lucros que as estatais ofereciam como contribuição para cobrir o rombo antes de serem vendidas.

E ainda mais, o governo afirmava que as privatizações, tão anunciadas pelos meios de comunicação social, propiciariam a criação de

novos motores para a economia, com a contratação maciça de encomendas nas indústrias do país por causa dos investimentos gigantescos para as áreas de telecomunicações, áreas petrolíferas e ferrovias, incentivando assim a indústria e o comércio nacional de pequeno e médio porte. Contudo, o que se vê é o contrário: firmas quebrando, operários sendo demitidos, invasões de terras, terrenos e prédios, etc. De tudo isto, pode-se concluir que a falta de uma política desenvolvimentista, que beneficie a coletividade do poder público, tem como consequência lógica o sucateamento na saúde, educação, moradia, trabalho, enfim, no bem-estar social do cidadão.

A obra de Aloysio Biondi é consistente, sua argumentação é bem fundamentada, apontando os equívocos da privatização brasileira. Ele nos fornece dados concretos das privatizações feitas no Brasil e possibilita o leitor a confrontar os dados e a análise do próprio governo. Sua obra, “O Brasil Privatizado – Um balanço do desmonte do Estado”, é sem dúvida, uma fonte enriquecedora para debater e aprofundar estudos sobre a realidade social, política e econômica do Brasil.

